

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal

Boletim de Pessoal – Ano XII – Nº 174/2018 – 17 de Outubro de 2018

Ocorrência: AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES – NO PAÍS							
Nome	SIAPE	Lotação	Vigência	Processo	Decisão	Evento	
LUIZ CARLOS SIMOES SOARES JUNIOR	1685613	CETEC	06/11/2018 a 05/11/2019	23007.00018888/2018-27	DEFERIDO	Programa de Pós-Doutorado, na UFBA, em Salvador- BA.	

Ocorrência: ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR					
Nome	SIAPE	Lotação	Vigência	Processo	Decisão
EDSON ARAUJO SOBRAL	2393674	PROPLAN/NUGEC	10/10/2018	23007.00025790/2018-10	DEFERIDO

Ocorrência: AUXÍLIO TRANSPORTE								
Nome	SIAPE	Lotação	Vigência	Valor – R\$	Dias	Trajetos	Processo	Decisão
DANIELA BETANIA DOS SANTOS FERREIRA	2143341	NUPI	11/10/2018	859,22	4	FSA X CDA	23007.00025863/2018-76	DEFERIDO

Ocorrência: EXCLUSÃO DE DEPENDENTE					
Nome	SIAPE	Lotação	Vigência	Processo	Decisão
TAIANE OLIVEIRA MENEZES LEITE RAMOS	2257968	HUMV/NUGETE	26/09/2018	23007.00025980/2018-21	DEFERIDO

Ocorrência: GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO					
Nome	SIAPE	Lotação	Vigência	Processo	Decisão
ANA MARIA GUERREIRO BRAGA DA SILVA	2267137	CCAAB	18/09/2017 a 24/11/2017	23007.005511/2018-91	DEFERIDO
ARLIN CESAR COSTA NAFRA SANTANA	2278430	NUGAS/CFP	31/01/2018 a 09/03/2018	23007.006724/2018-30	DEFERIDO
CARLA FERNANDES MACEDO	1546467	CCAAB	19/06/2018 a 05/07/2018	23007.00016890/2018-41	DEFERIDO
CLELIO BRASIL CARDOSO GOMES	1527551	CETEC	09/04/2018 a 12/04/2018	23007.00015955/2018-66	DEFERIDO

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal

Boletim de Pessoal – Ano XII – Nº 174/2018 – 17 de Outubro de 2018

Ocorrência:	GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO				
Nome	SIAPE	Lotação	Vigência	Processo	Decisão
DANIEL EWERTON SANTOS BRITO	2027532	GTA/CFP	31/01/2018 a 08/03/2018	23007.00006752/2018-57	DEFERIDO
GEANE DA CONCEIÇÃO DIAS	2414625	PROGRAD/COPEG	06/04/2018 a 29/05/2018	23007.00020531/2018-92	DEFERIDO
GIOVANA CARMO TEMPLE	1757451	CFP	19/02/2018 a 06/03/2018	23007.00009704/2018-11	DEFERIDO
JUCELIA OLIVEIRA SANTOS	1760922	SECADCCS	22/01/2018 a 23/02/2018	23007.00007774/2018-34	DEFERIDO
MAGALI ALVES ALBUQUERQUE	1761213	NUBIBS/CCS	04/12/2017 a 01/02/2018	23007.00007807/2018-46	DEFERIDO
PAULO HENRIQUE RIBEIRO DO NASCIMENTO	1441842	CETEC	09/04/2018 a 10/04/2018	23007.00009019/2018-94	DEFERIDO
YURI CAIRES RAMOS	2328940	CCAAB	19/06/2018 a 05/07/2018	23007.00016425/2018-83	DEFERIDO

Ocorrência:	INCLUSÃO DE DEPENDENTE				
Nome	SIAPE	Lotação	Vigência	Processo	Decisão
CRISTIANE PEIXOTO ANDRADE	1156803	CETEC/SECAD	10/10/2018	23007.00025772/2018-11	DEFERIDO

PORTARIA Nº 968, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Política de Governança de Tecnologia da Informação - PGTI, constituída por um conjunto de objetivos, princípios, diretrizes, normas, processos, estruturas organizacionais e pessoas, visando à criação de valor para a comunidade acadêmica, mediante o uso dos recursos de Tecnologia da Informação - TI.

Art. 2º A PGTI tem como objetivos específicos:

- I. Contribuir para a sustentabilidade, o cumprimento da missão e a melhoria dos resultados institucionais;
- II. Integrar as práticas de governança, gestão e de uso da TI às estratégias e planos institucionais;
- III. Prover instrumentos de transparência e controle da governança e da gestão de TI;
- IV. Estabelecer diretrizes para a gestão de TI, bem como para as atividades relacionadas ao provimento de serviços e soluções de TI; e
- V. Definir os papéis e as responsabilidades dos atores envolvidos na governança e gestão de TI no âmbito da UFRB.

Art. 3º A PGTI possui os seguintes componentes:

- I. Os princípios e as diretrizes de TI definidos nesta política;
- II. As demais políticas de TI, organizadas em portarias e normas complementares a esta política.
- III. Os processos de governança e gestão de TI;
- IV. As estruturas organizacionais de governança e gestão de TI;
- V. Os recursos de TI;
- VI. As pessoas envolvidas nos processos decisórios e nas atividades de TI.

CAPÍTULO I DOS CONCEITOS

Art. 4º Para efeitos desta política considera-se:

- I. Tecnologia da Informação (TI): ativo estratégico que suporta processos de negócios institucionais, mediante a conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar, disseminar e fazer uso de informações;
- II. Governança de TI: conjunto de princípios, diretrizes, normas, processos, estruturas organizacionais e instrumentos de controle que visam assegurar que as decisões e as ações relacionadas à gestão e ao uso de TI estejam integradas e coerentes às necessidades institucionais, contribuindo, assim, para o cumprimento da missão e o alcance das metas organizacionais;
- III. Gestão de TI: compreende o uso racional de meios (pessoas e recursos de TI) para alcançar as metas organizacionais, mediante o planejamento, organização, coordenação, monitoramento e controle das atividades operacionais e dos projetos;
- IV. Alta administração: as seguintes autoridades são responsáveis pela governança de TI:
 - Reitor; e
 - Titulares de cargos de direção -CD, de nível três ou superior;
- V. Solução de TI: conjunto formado por elementos de tecnologia da informação e processos de trabalho que se integram para produzir resultados que atendam a necessidades da instituição;
- VI. Unidade provedora de solução de TI (unidade provedora): unidade responsável pelas atividades de gestão de TI, pela prestação de serviços de TI e pelo desenvolvimento, evolução e manutenção das soluções tecnológicas que suportam tais serviços;
- VII. Unidade gestora solução de TI (unidade gestora): unidade organizacional respon-

sável pela definição de processos de trabalho, requisitos, regras de negócio e níveis de serviço aplicáveis a um serviço de TI;

- VIII. Provimento de solução: ações necessárias para implantar a solução de TI, assegurar funcionamento e dar suporte adequado aos usuários;
- IX. Princípios de TI: conjunto de declarações estratégicas sobre como a TI deve ser utilizada na instituição, compreendendo os valores e premissas fundamentais que devem ser respeitados nas atividades de governança e gestão de TI;
- X. Recursos de TI: ativos organizacionais relacionados a TI (informação, serviços, infraestrutura e aplicações) que permitem a organização alcançar suas metas;
- XI. Serviço de TI: atividades de fornecimento de infraestrutura e aplicações de TI, bem como suporte técnico para o uso destes, atendendo aos requisitos de qualidade definidos no acordo de nível de serviço, de forma a suportar uma ou mais soluções de TI; e
- XII. Acordo de nível de serviço: acordo entre a unidade responsável pelo provimento de um serviço de TI (unidade provedora) e a unidade gestora solução de TI (unidade gestora), no qual se estabelecem metas de qualidade e de desempenho para o serviço de TI, considerando-se as necessidades do negócio, o impacto das soluções, o custo e a capacidade de alocação de recursos para o provimento do serviço de TI.

Parágrafo único. Para os fins do disposto nos incisos V e XI deste artigo, as soluções e os serviços de TI são classificados, segundo a sua natureza, em:

- I. Base - quando de caráter estruturante ou provocarem impacto significativo sobre o funcionamento acadêmico da instituição, políticas públicas, e resultados institucionais; ou
- II. Meio - quando destinados ao funcionamento administrativo, atendimento de necessidades de uma unidade ou de um conjunto reduzido de unidades, sem impacto significativo sobre o funcionamento, políticas e resultados da UFRB.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES GERAIS DE TI

Art. 5º As práticas de governança e de gestão da TI, bem como o uso dos recursos de TI no âmbito da UFRB obedecerão aos seguintes princípios determinados pela legislação brasileira:

- I. Os princípios da administração pública direta e indireta, definidos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- II. Os princípios fundamentais das atividades de administração federal, determinados

pelo artigo 6º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle; e

- III. Os princípios listados no artigo 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999: legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Art. 6º Às práticas de governança e de gestão da TI, bem como ao uso dos recursos de TI no âmbito da UFRB, aplicam-se as seguintes diretrizes gerais:

- I. Definição formal de autoridade e responsabilidade por decisões e ações relacionadas a TI;
- II. Todos os indivíduos e grupos dentro da organização devem compreender e aceitar suas responsabilidades com respeito às demandas e ao fornecimento de bens e serviços de TI;
- III. A estratégia da UFRB deve levar em conta as capacidades atuais e futuras de TI, assim como as estratégias e planos de TI devem satisfazer as necessidades atuais e contínuas da estratégia institucional;
- IV. A alta administração deve monitorar e avaliar periodicamente o alcance das metas definidas nos planos de TI, o cumprimento dos níveis de serviços estabelecidos, a conformidade e o desempenho dos processos relacionados à TI;
- V. Integração entre as áreas finalísticas, meio e de TI mediante diálogo permanente;
- VI. As diretrizes, os processos e os procedimentos operacionais devem ser formalizados;
- VII. A TI deve ser adequada ao propósito de apoiar a organização mediante o fornecimento de serviços necessários para atender aos requisitos atuais e futuros da UFRB;
- VIII. As atividades de TI devem cumprir toda a legislação e normas complementares; e
- IX. As diretrizes, processos e os procedimentos operacionais devem respeitar as pessoas envolvidas nas atividades de TI, incluindo as necessidades atuais e futuras dessas pessoas.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE TI

Art. 7º Para obedecer aos princípios e cumprir as diretrizes gerais desta política, bem como contribuir para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, serão formulados os seguintes planos, que nortearão os programas, projetos, serviços, sistemas e operações de TI:

- I. Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), de vigência mínima de dois a-

nos, harmonizado com o Plano Desenvolvimento Institucional - PDI da UFRB e compatível com o Plano Plurianual e a Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal;

- II. Catálogo de Programas e Projetos de TI; e
- III. Catálogo de Serviços de TI.

Art. 8º As práticas de gestão da estratégia de TI obedecerão as seguintes diretrizes:

- I. Compreensão das políticas institucionais, programas, projetos e processos de trabalho da instituição, com o objetivo de identificar oportunidades que possam ser alavancadas pelo uso da TI;
- II. Coordenação centralizada das iniciativas para atendimento às necessidades de negócio relacionadas à TI através da Coordenadoria de Tecnologia da Informação – CO-TEC.
- III. Formulação de estratégias e planos de TI que contemplem objetivos de médio e longo prazo, bem como iniciativas e prioridades, de forma a contribuir com o alcance dos objetivos estratégicos;
- IV. Elaboração de indicadores e estabelecimento de metas para avaliação dos objetivos estabelecidos, em função dos benefícios esperados para a instituição;
- V. Ampla participação de todas as unidades organizacionais na formulação das estratégias e planos de TI;
- VI. Desenvolvimento continuado de competências multidisciplinares, técnicas e gerenciais necessárias ao exercício pleno de todas as atribuições dos servidores da área de TI, com incentivo à obtenção das certificações profissionais correspondentes, de acordo com as necessidades evidenciadas pelos planos e prioridades organizacionais;
- VII. Transparência na execução das estratégias e planos de TI;
- VIII. Estabelecimento de critérios de priorização e alocação orçamentária para os programas e projetos de TI; e
- IX. Alinhamento entre a proposta orçamentária anual e as estratégias e planos de TI.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA O PROVIMENTO DE SOLUÇÕES DE TI

Art. 9º. Para os fins do disposto nesta Política, o provimento de soluções de TI compreende as seguintes modalidades:

- I. Desenvolvimento: construção de soluções, com recursos próprios ou de terceiros,

para atender a necessidades específicas;

- II. Aquisição: adoção de soluções construídas externamente, por meio de contratação, recebimento de outros órgãos e entidades ou utilização de software livre; e
- III. Manutenção: alteração de solução existente para correção de erros, melhoria de qualidade, incorporação de novas funcionalidades, mudança nas regras de negócio ou adaptação a novas tecnologias.

Parágrafo único. Qualquer que seja a modalidade adotada, a abordagem de provimento de soluções de TI classifica-se, segundo a responsabilidade das unidades envolvidas, em:

- I. Centralizada: quando o desenvolvimento, a aquisição ou a manutenção da solução é realizada pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COTEC; ou
- II. Descentralizada: quando o desenvolvimento, a aquisição ou a manutenção da solução é realizada por outra unidade provedora, sob autorização formal e orientação técnica da Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COTEC e seguindo os padrões tecnológicos estabelecidos.

Art. 10. O provimento de soluções de TI observará as seguintes diretrizes:

- I. Concepção de soluções com foco na otimização dos processos de trabalho, na integração de soluções e na reutilização de dados e componentes;
- II. Consideração, quando da concepção de soluções de TI a serem desenvolvidas ou adquiridas, de requisitos não funcionais relevantes, em especial dos requisitos de segurança da informação e dos requisitos relativos à disponibilidade, ao desempenho e à usabilidade da solução;
- III. Adoção de arquitetura e padrões tecnológicos que satisfaçam aos critérios técnicos aprovados pelo Comitê Executivo de Tecnologia da Informação - CETI e que se baseiem preferencialmente em padrões de mercado e em diretrizes de interoperabilidade do Governo Federal;
- IV. Preservação dos direitos de propriedade intelectual sobre códigos, documentos e outros elementos integrantes de soluções que sejam desenvolvidas especificamente para a instituição, com recursos próprios ou de terceiros;
- V. Realização, previamente à implantação das soluções de TI, dos testes necessários para assegurar o correto funcionamento e a aderência das soluções às regras de negócio e aos requisitos especificados;
- VI. Definição, mensuração e revisão periódica de acordos de níveis de serviço;
- VII. Planejamento e gestão do ambiente de TI e dos processos operacionais que o su-

portam com foco no cumprimento dos níveis de serviço acordados para as soluções de TI;

- VIII. Atuação proativa com vistas à identificação de lacunas de conhecimento e ao desenvolvimento de competências dos usuários previamente à implantação de novas soluções de TI, bem como de forma continuada;
- IX. Definição formal dos processos de trabalho relacionados às atividades necessárias ao provimento de soluções de TI em qualquer das modalidades previstas no art. 9º;
- X. Adoção da modalidade de provimento que se revelar justificadamente mais adequada à realização das estratégias e ao alcance dos objetivos institucionais, com base em critérios definidos nos planos estratégicos de TI ou em normas internas;
- XI. Adoção preferencial da abordagem centralizada para provimento de soluções de natureza corporativa; e
- XII. Adoção preferencial de abordagem descentralizada para provimento de soluções locais.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA GESTÃO DE SERVIÇOS DE TI

Art. 11. As atividades de gestão de serviços de TI obedecerão as seguintes diretrizes específicas:

- I. Os serviços de TI devem ser relacionados e formalizados no Catálogo de Serviços de TI;
- II. Os níveis de serviços de TI devem ser definidos e revisados periodicamente;
- III. O desempenho dos serviços de TI deverá ser mensurado e informado periodicamente ao Comitê de Governança Digital;
- IV. Os processos operacionais, a infraestrutura e as aplicações devem ser gerenciados de forma a cumprir os níveis de serviços;
- V. A prestação de serviços de TI deve ser centralizada na Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COTEC;
- VI. A utilização da informação, da infraestrutura e das aplicações, necessária para a prestação dos serviços de TI, deve ser racionalizada; e
- VII. Os processos, serviços, infraestrutura e aplicações devem estar integradas e ser interoperáveis.

Art. 12. Todo serviço oferecido à comunidade acadêmica será acompanhado de sua norma

operacional, que abrange necessariamente:

- I A forma mais indicada para utilização do serviço;
- II As restrições de utilização do serviço, ou seja, a quem se destina e quanto do serviço estará disponível ao usuário;
- III O nível de segurança e responsabilidades do usuário na utilização do serviço; e
- IV As sanções e penalidades pelo uso inadequado do serviço, caso houver.

Parágrafo único - As normas operacionais e suas modificações, serão divulgadas por meio de boletim de serviço, devendo o usuário do serviço se manifestar oficialmente em caso de discordância em relação às normas operacionais associadas ao serviço.

Art. 13. Todos os usuários estão sujeitos à auditoria em sua utilização dos serviços de TI.

§ 1º Os procedimentos de auditoria e de monitoramento de uso dos serviços de TI serão realizados constantemente pelas aplicações preparadas para este fim. A gestão destas aplicações será de responsabilidade da COTEC, podendo sua execução ser delegada, com o objetivo de observar o cumprimento das normas operacionais associadas.

§ 2º Havendo evidência de atividade que possa comprometer o desempenho e/ou a segurança dos serviços de TI ou que infrinja a norma operacional associada, será permitido à Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COTEC auditar e monitorar as atividades de usuários, inclusive inspecionando seus arquivos e registros de acesso, bem como proibir o acesso à fonte causadora do problema, devendo ser o fato comunicado imediatamente ao superior imediato do usuário causador do problema.

Art. 14. O usuário que desrespeitar a norma operacional poderá sofrer sanções tais como ter o acesso aos serviços suspensos temporária ou permanentemente.

Art. 15. Com vistas a manter a continuidade da prestação de serviços de TI em caso de desastres e sinistros na infraestrutura física e lógica de TI, a unidade provedora de TI deve formular e implantar um Plano de Continuidade do Negócio com a participação de todas as unidades interessadas no sucesso do plano.

§ 1º O Plano de Continuidade do Negócio deverá ser testado e revisado periodicamente, de forma a refletir as mudanças na infraestrutura física e lógica de TI e as necessidades atuais da UFRB.

§ 2º O Plano de Continuidade do Negócio deverá considerar os riscos existentes relativos à infraestrutura física e lógica de TI, bem como a criticidade dos serviços de TI para a UFRB.

CAPÍTULO VI

DAS DIRETRIZES PARA GESTÃO DE AQUISIÇÕES DE TI

Art. 16. As aquisições de TI deverão cumprir as seguintes diretrizes específicas:

- I. Realização por justificativas válidas, baseadas numa análise adequada, com tomada de decisão clara e transparente, buscando equilibrar apropriadamente os benefícios, custos e riscos;
- II. Integração e alinhamento das aquisições de TI às estratégias, planos e prioridades institucionais, considerando a alocação orçamentária necessária à realização das iniciativas planejadas e ao custeio dos contratos vigentes de serviços de natureza continuada;
- III. Padronização do processo de aquisições de TI;
- IV. Planejamento com vistas à aquisição, sempre que justificável, de soluções completas, contemplando itens como implantação, treinamento, suporte, operação e demais componentes necessários ao alcance dos objetivos definidos;
- V. Estabelecimento, sempre que possível, nos contratos com fornecedores, de previsão de pagamentos em função de resultados verificáveis e baseados em níveis mínimos de serviços; e
- VI. Preservação dos direitos de propriedade intelectual da UFRB, documentos e outros elementos integrantes de aplicações que sejam desenvolvidas especificamente para a instituição, com recursos próprios ou de terceiros.

CAPÍTULO VII

DAS DIRETRIZES PARA GESTÃO DE RISCOS DE TI

Art. 17. As atividades de gestão de riscos de TI devem obedecer as seguintes diretrizes específicas:

- I. Fomentar a cultura de gestão de riscos como fator essencial para implantar as estratégias e planos de TI, tomar decisões e realizar os objetivos relacionados à TI;
- II. Considerar se os riscos de TI têm impacto sobre outras organizações públicas e demais partes interessadas, com consulta e compartilhamento de informações entre

os atores envolvidos;

- III. Os riscos de TI devem ser identificados, analisados, avaliados, tratados e monitorados de forma contínua mediante processos formalizados; e
- IV. A alta administração deverá estabelecer critérios para tratamento dos riscos relacionados à TI, considerando aspectos legais, financeiros, sociais, operacionais, tecnológicos, negociais e de imagem da UFRB.

CAPÍTULO VIII

DAS DIRETRIZES PARA PADRÕES TECNOLÓGICOS DE TI

Art. 18. Padrões tecnológicos de TI deverão ser utilizados para nortear as aquisições de TI, bem como o desenvolvimento, evolução, manutenção e implantação de serviços de TI.

Art. 19. Os padrões tecnológicos deverão abranger recursos de hardware e softwares, de infraestrutura, e de conexão ao data center.

- I. Poderão ser adquiridos recursos de TI não padronizados para atendimento de demanda acadêmica cujo objetivo seja utilização em ações de ensino, pesquisa e extensão, mediante comprovação de necessidade;
- II. Poderão ser adquiridos equipamentos para o data center, mediante análise de viabilidade e adequação aos padrões estabelecidos em aquisições anteriores, respeitando os princípios legais, a razoabilidade e a economicidade.

Art. 20. Padrões deverão ser revisados periodicamente de modo a refletir as necessidades atuais e futuras da instituição.

Art. 21. Os padrões estabelecidos devem estar em conformidade com os padrões de interoperabilidade estabelecidos em normativos.

Art. 22. A aprovação de padrões tecnológicos de TI é de responsabilidade do Comitê de Governança Digital - CGD.

CAPÍTULO IX

DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS

Art. 23. As estruturas organizacionais que integram o Sistema de Governança de TI da UFRB

são:

- I. Comitê de Governança Digital;
- II. Comitê de Segurança da Informação e Comunicações;
- III. Comitê Executivo de Tecnologia da Informação; e
- IV. Coordenadoria de Tecnologia da Informação;

Art. 24. Compete ao Comitê de Governança Digital, órgão colegiado de natureza deliberativa, de caráter estratégico, para efeito do disposto nesta Política:

- I Analisar as propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de TI e submetê-las, quando couber, à aprovação do Reitor;
- II Aprovar os planos estratégicos e táticos de TI e os indicadores de desempenho de TI;
- III Aprovar a alocação dos recursos orçamentários destinados à TI, bem como alterações posteriores que provoquem impacto significativo sobre a alocação inicial;
- IV Aprovar as demandas para provimento centralizado e descentralizado de novas soluções de TI de natureza corporativa, assim como demandas de manutenção com impacto significativo sobre os planos de TI; e
- V Acompanhar, periodicamente, a execução dos planos estratégicos e táticos de TI, a evolução dos indicadores de desempenho de TI e outras informações relativas ao provimento, à gestão e ao uso de TI, de modo a reavaliar prioridades, identificar eventuais desvios e determinar correções necessárias.

Parágrafo único. O regimento interno do Comitê de Governança Digital será definido em portaria específica.

Art. 25. Ao Comitê de Segurança da Informação e Comunicações, que tem suas atribuições e competências definidas pela Portaria nº 126, de 05 de novembro de 2013, no que tange a esta Política cabe:

- I. Assessorar o Comitê de Governança Digital no exercício de suas competências.

Art. 26. O Comitê Executivo de Tecnologia da Informação -CETI é órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, com responsabilidades de cunho executivo, ao qual compete, para efeito do disposto nesta Política:

- I. Coordenar a formulação de propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de TI;
- II. Coordenar a elaboração dos planos e a definição dos indicadores de desempenho

de TI, bem como a execução das ações planejadas e a mensuração dos resultados obtidos;

III. Consolidar custos, agregar e propor a alocação dos recursos orçamentários destinados à TI, bem como alterações posteriores que provoquem impacto significativo sobre a alocação inicial;

IV. Analisar, manifestar-se a respeito e encaminhar ao Comitê de Governança Digital para aprovação e priorização as demandas que tratem do provimento centralizado e descentralizado de novas soluções de TI de natureza corporativa, assim como demandas de manutenção com impacto significativo sobre os planos de TI, após acolher parecer do Grupo de Estudos de Viabilidade Técnica de soluções - GEVTS;

V. Submeter periodicamente ao Comitê de Governança Digital, com as propostas de melhorias e ajustes julgados necessários, informações consolidadas sobre a situação da governança, da gestão e do uso de TI, em especial sobre:

- a) A execução dos planos e das ações corporativas relativos a TI;
- b) A evolução dos indicadores de desempenho de TI;
- c) O tratamento de riscos relacionados a TI;
- d) A capacidade e a disponibilidade de recursos de TI; e
- e) Resultados de auditorias de TI;

VI. Promover a adequada publicidade e transparência das informações a que se refere o inciso anterior;

VII. Fazer a gestão e o monitoramento do Catálogo de Programas e Projetos de TI.

§ 1º Integram o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação - CETI os representantes indicados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COTEC, os representantes indicados pelo Comitê de Governança Digital.

Art. 27. A Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COTEC, que têm suas atribuições e competências definidas em regimento interno da Pró-Reitoria de Planejamento, para os efeitos desta Política devem:

I Criar e coordenar, quando necessário, Grupos de Estudos de Viabilidade Técnica de Soluções - GEVTS, responsável pela definição de arquiteturas e padrões tecnológicos para soluções de TI, além de emitir parecer técnico sobre a viabilidade de soluções de TI propostas ao Comitê Executivo de Tecnologia da Informação - CETI;

II Submeter, periodicamente, ao Comitê Executivo de TI, propostas de melhorias e ajustes pertinentes a gestão e o uso da TI, no âmbito das suas respectivas competências;

III Fazer a gestão do Catálogo de Serviços de TI, no âmbito das suas respectivas competências;

IV Assessorar o CETI no exercício de suas atribuições, no âmbito das suas respectivas competências.

Parágrafo único. As atribuições e funcionamento do Grupo de Estudos de Viabilidade Técnica de Soluções - GEVTS serão definidos em sua portaria de criação.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. Fica assegurando os recursos para manutenção da infraestrutura de TI, em percentual não inferior a 5% do orçamento institucional, conforme disponibilidade orçamentária.

Art. 29. A Secretaria de Órgãos Colegiados prestará apoio ao Comitê de Governança Digital, Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e ao Comitê de Segurança da Informação e Comunicações como definido em seus respectivos regimentos internos.

Art. 30. As normas complementares relativas à gestão e uso de recursos de TI, devem harmonizar-se com as disposições desta Política.

Art. 31. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Silvio Luiz de Oliveira Soglia

PORTARIA Nº 985, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, em atendimento à solicitação da Coordenadoria de Infraestrutura e Meio Ambiente, RESOLVE:

Constituir uma comissão de licitação na modalidade RDC nº 03/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em engenharia para conclusão do pavilhão de aulas 3, campus de Cruz das Almas/BA, composta pelos servidores elencados abaixo, sob a presidência do primeiro.

Claudio Itamar Neres Junior (Presidente), SIAPE nº 1775218;
Gabriel Silva Ferreira, SIAPE nº 2164076;
Disney Onofre de Assis Santos, SIAPE nº 2033710.

Silvio Luiz de Oliveira Soglia

PORTARIA Nº 992, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com o que estabelece o Art. 20 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, considerando ainda o decurso do prazo fixado no parágrafo 1º do respectivo artigo, RESOLVE:

Homologar, a partir de 05 de março de 2018, a Avaliação de Desempenho da servidora Helene Paraskevi Anastasiou, matrícula SIAPE Nº 2208452, ocupante do cargo de professor do magistério superior, considerando que a mesma foi aprovada no estágio probatório, conforme o Processo Nº 23007.00023163/2018-32.

Silvio Luiz de Oliveira Soglia

PORTARIA Nº 993, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Nota Técnica Nº 01/2012 SURREAC/UFRB e Art. nº 65, inciso VIII, do Regimento Geral desta Universidade, RESOLVE:

Delegar à Coordenação do Colegiado do curso de Engenharia de Pesca desta Universidade, a prerrogativa de conduzir o ato de colação de grau da formanda LUDIMILA LIMA SANTANA, matrícula 201211068.

Silvio Luiz de Oliveira Soglia